MÓDULO DE INDICADORES BÁSICOS DE BEM –ESTAR

1. INTRODUÇÃO

O sistema de registos administrativos ainda tem uma fraca cobertura em todo o País. Embora os dados recolhidos pelas várias instituições sejam uma boa fonte das estatísticas sociais, é imprescindível ampliar a sua cobertura usando metodologias mais rigorosas e abrangentes.

É neste contexto que em 2001, o Instituto Nacional de Estatística realizou o inquérito específico para avaliar as condições de vida da população moçambicana denominado Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB).

Por forma a garantir um melhor acompanhamento das condições de vida da população no âmbito da luta contra a pobreza absoluta, o modulo dos indicadores de bem-estar, é incorporado em quase todos inquéritos demográficos realizados pelo INE. Por isso, tem sido curto, simples e de fácil integração para não comprometer a logística da operação principal.

O questionário dos indicadores básicos de bem-estar, é um dos instrumentos desenvolvidos pelo Banco Mundial e seus parceiros com a finalidade de providenciar informação a nível dos agregados familiares aos decisores e sobretudo para a monitoria da pobreza na maioria dos países africanos.

O QUIBB tem maior enfoque na recolha de informação para a medição do acesso, utilização e satisfação da População em relação aos serviços básicos. A nível do acesso mede-se a distância (em tempo) ou em quilómetros para chegar aos serviços básicos mais próximos. Grosso modo, estes indicadores fornecem informação sobre a situação de género, características e situação dos agregados familiares, educação, saúde, nutrição.

Assim, distinguem-se dois tipos de indicadores de QUIBB, nomeadamente:

i) Indicadores ligados ao nível de vida dos agregados familiares onde inclui, o tipo de construção, tipo de combustível usado, posse de bens duráveis seleccionados, número de membros nos agregados familiares, percentagem de adultos alfabetizados, percentagem de pessoas doentes ou portadoras de deficiência, crianças malnutridas, etc.

ii) Indicadores que medem o acesso, utilização e satisfação. O **acesso**- está ligado a presença física das infra-estruturas básicas, nomeadamente escolas, unidades sanitárias, mercados alimentares, postos policiais, fontes de água potável, infra-estruturas de saneamento, de electricidade e transporte público; **utilização** – Refere-se a capacidade que a população tem de aceder e beneficiar destes serviços, por exemplo as taxas de escolarização, uso de serviços médicos pelos; e a nível da **satisfação -** inclui-se a satisfação da população em relação a qualidade dos serviços prestados.

Neste capítulo apresentam-se os resultados do modulo dos indicadores básicos de bem-estar, recolhidos no âmbito do Inquérito Integrado à Força de Trabalho 2004/5. O inquérito teve duração de um ano (01 de Outubro de 2004 a 30 de Setembro de 2005).

2. Composição dos Agregados Familiares

O tamanho, a composição e liderança dos agregados familiares exerce uma influência no bem-estar da população. Estas dimensões tem implicações na distribuição e produção dos recursos financeiros, na criação de poupança, na partilha do espaço habitado entre outros aspectos. por isso, apresenta-se a análise do tamanho dos agregados familiares com base na média de membros a comporem o agregado.

A nível dos agregados familiares foram levantados dados referentes aos membros dos agregados familiares mulheres e homens, isto é, todos os residentes habituais até à data da entrevista na unidade de habitação seleccionada.

Os agregados familiares constituem as unidades mais pequenas de organização da população, por isso na maioria dos países, o agregado familiar passou a ser reconhecido como a unidade de análise lógica para temas tais como acesso à habitação, Acesso a serviço, situações de pobreza, grupos vulneráveis, etc.

O agregado familiar é também uma unidade de consumo e, em muitos casos, uma unidade de produção. No inquérito integrado á Força de Trabalho, presente, considera-se agregado familiar todo o grupo de pessoas, ligadas ou não por laços de parentesco, que vivam na mesma casa e partilham a alimentação e as despesas da casa.

Estima-se que no país existem 4,444,660 agregados familiares, dos quais 30% localizam-se nas áreas urbanas e 70% nas áreas rurais.

O quadro 2.1, apresenta a distribuição dos agregados familiares de acordo com o número de membros neles existentes. A maioria dos agregados familiares tem entre 3 a 4 membros (33.9%) seguido dos com 5 a 6 pessoas(26.2%). O mesmo padrão observa-se a nível de áreas de residência (Urbanas e Rurais), assim como entre as três regiões do pais.

O número médio total de pessoas por agregado familiar em Moçambique é de 4.3 e para as áreas urbanas este valor é de 4.7 e para as rurais 4.2. As província da região Sul, assim como a província do Niassa têm pelo menos 4.5 pessoas em média por agregado familiar contra 3.8 pessoas na província de Cabo Delgado. As restantes províncias apresentam valores intermédios.

Quadro 1.3 Distribuição percentual dos Agregados Familiares por número de membros e número médio de membros, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2004/5

	1 até 2	3 até 4	5 até 6	7+	Total	Média
Total	23.8	33.9	26.2	16.1	100.0	4.3
Área de residência						
Urbana	20.7	30.5	26.7	22.2	100.0	4.7
Rural	25.1	35.3	26.0	13.5	100.0	4.2
Região						
Norte	23.4	36.8	26.6	13.2	100.0	4.2
Centro	23.9	34.0	26.9	15.3	100.0	4.3
Sul	24.4	29.5	24.6	21.5	100.0	4.7
Província						
Niassa	19.6	35.4	29.4	15.6	100.0	4.5
Cabo Delgado	31.1	34.9	24.5	9.5	100.0	3.8
Nampula	20.5	38.2	26.9	14.4	100.0	4.3
Zambézia	25.3	33.9	27.4	13.5	100.0	4.1
Tete	21.8	35.3	26.2	16.7	100.0	4.3
Manica	19.7	32.3	28.3	19.7	100.0	4.6
Sofala	25.7	34.3	25.1	14.9	100.0	4.3
Inhambane	26.5	29.5	24.2	19.8	100.0	4.6
Gaza	23.9	30.2	24.2	21.7	100.0	4.7
Maputo Província	25.6	30.2	24.3	20.0	100.0	4.5
Maputo Cidade	20.8	27.8	26.0	25.4	100.0	5.0
Sexo do chefe AF						
Masculino	18.7	33.4	29.0	18.9	100.0	4.7
feminino	35.8	34.9	19.8	9.4	100.0	3.6
Estado civil						
Solteiro	64.0	23.4	8.4	4.2	100.0	2.4
Casado	13.2	29.1	32.2	25.6	100.0	5.3
União marital	14.9	37.2	30.1	17.8	100.0	4.7
Divorciado(a)/Separado(a)	43.7	33.2	16.3	6.8	100.0	3.2
Viuvo(a)	46.2	28.6	16.3	8.9	100.0	3.3
Nível de educação						
Nenhum	33.1	34.5	21.6	10.8	100.0	3.8
Primário do 1° grau	20.5	34.3	28.2	17.0	100.0	4.5
Primário do 2° grau	18.2	32.1	28.9	20.8	100.0	4.7
Secundário e mais	19.6	32.2	27.1	21.0	100.0	4.7

Em Moçambique, a maioria dos agregados familiares chefiados por mulheres, tem entre 1 a 2 membros (35.8%), seguido dos com 3 a 4 membros (34.9%). Dos

chefiados por homens, predominam aqueles que tem entre 3 a 4 pessoas (33.4%) e com 5 a 6 pessoas (29.0).

Entre os solteiros (64.0%), viuvos/as 46.2% e divorciados (43.7%), há mais agregadodos com poucos membros que nos casados (13.2%) e unidos maritalmente (14.9).

3.. EDUCAÇÃO

3.1 Taxa de analfabetismo

Designa-se por taxa de analfabetismo a relação entre a população com 15 e mais anos de idade que não sabe ler nem escrever e a população total com 15 e mais anos. Fazem parte da categoria de analfabetos as pessoas que tendo sido alfabetizadas, foram perdendo com o tempo a habilidade de ler e escrever.

Os resultados do Inquérito Integrado à Força de Trabalho revelam que mais de metade da população de 15 anos e mais não sabe ler nem escrever (vide Quadro 2.1) e que a taxa de analfabetismo continua sendo mais elevada entre as mulheres (66.7%) que entre os homens (34.3%).

Quadro 2.1 Taxa de analfabetismo por sexo, segundo Características seleccionadas. IFTRAB, 2004/5

Características Seleccionadas	Homem	Mulher	Total
Total	34.3	66.7	51.9
Idade			
15 - 19	23.8	44.4	34.3
20 - 24	29.8	57.4	45.5
25 - 29	37.5	65.2	53.0
30 - 34	34.4	66.3	51.7
35 - 39	32.0	71.9	54.9
40 - 44	28.1	72.6	50.7
45 - 49	32.3	81.0	58.0
50 - 54	39.4	85.4	63.6
55 - 59	46.2	88.0	69.4
60 - 64	53.5	91.0	73.5
65 +	66.1	92.4	80.2
Não sabe/sem inf.	53.8	85.8	61.9
Área de Residência			
Urbano	13.9	37.8	26.3
Rural	46.1	81.2	65.5

Região			
Norte	46.4	81.7	64.6
Centro	34.0	72.8	54.8
Sul	18.5	43.5	33.1
Províncias			
Niassa	44.5	79.2	62.3
Cabo Delgado	51.1	86.7	70.1
Nampula	44.8	79.7	62.4
Zambézia	40.6	81.9	62.6
Tete	36.1	70.5	54.6
Manica	24.1	59.9	43.6
Sofala	25.6	65.6	47.0
Inhambane	28.8	58.5	46.8
Gaza	31.4	57.6	48.1
Maputo Província	11.5	30.5	21.7
Maputo Cidade	4.7	19.0	12.4

A análise por área de residência deixa patente que os residentes em meios rurais têm menor probabilidade de aprender a ler e escrever, pois apresentam uma taxa de analfabetismo três vezes superior à ostentada pelos residentes em meios urbanos. Importa ressaltar também que a população da Região Sul do País é relativamente mais alfabetizada que a das restantes duas.

As gerações mais recentes tendem a ser mais alfabetizadas que as mais remotas. No entanto, mais de um terço dos jovens de 15-19 anos não sabem ler nem escrever. Entre as mulheres desse grupo etário, a percentagem atinge os 44%.

O cenário a nível provincial revela diferenças significativas no que concerne ao grau de alfabetização. Maputo Cidade e Província exibem as taxas mais baixas de analfabetismo – 4.7% e 11.5 %, respectivamente, enquanto que as de Cabo Delgado (51.1%), Zambézia (40.6%) e Nampula (44.8%) apresentam as taxas mais elevadas. Importa mencionar ainda que a proporção de pessoas em Manica, Sofala, Inhambane, Niassa e Tete que não sabem ler nem escrever é inferior à média nacional.

A taxa de analfabetismo tem vindo a reduzir consideravelmente: De 60.5% em 1997, passou a 56.7% em 2000/2001, estimando-se actualmente em 51.9%, de acordo com os resultados do Inquérito Integrado à Força de Trabalho (vide Quadro 2.2).

Quadro 3.2 Evolução da taxa de analfabetismo, 1997-2004/5

Quadro 3.2 Evolução da taxa de analfabetismo, 1997-2004/5

Idade	II RGPPH			QUIBB 2000/1			IAF 2002/3			IFTRAB 2004/5		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	60.5	44.6	74.1	56.7	40.2	71.2	53.6	36.7	68.0	51.9	34.3	66.7
15 - 19	49.6	38.9	59.2	40.9	30.1	51.0	37.9	27.2	48.0	34.3	23.8	44.4
20 - 29	55.8	40.4	67.8	53.1	37.0	65.7	50.7	36.0	61.1	49.0	33.4	61.0
30 - 39	57.2	36.1	75.4	56.1	37.7	72.8	50.4	29.8	68.2	53.2	33.3	68.9
40 - 49	68.3	48.2	86.4	62.6	42.0	83.7	60.3	34.5	82.6	54.0	29.9	76.4
50 - 59	76.5	59.8	91.1	73.0	51.8	91.6	67.3	45.8	88.1	66.1	42.3	86.6
60 +	82.6	70.6	93.7	81.5	67.0	94.9	78.6	64.0	94.3	77.8	61.4	91.9

3.2. Nível de ensino frequentado

O Ensino Primário do 1º grau é o nível frequentado pela maioria da população (vide Quadro 2.3). São poucos os que conseguem alcançar níveis mais elevados de educação. De notar, contudo, que a frequência do ensino secundário tem vindo a aumentar ao longo do tempo, pois a percentagem dos que frequentaram este nível vai diminuindo com a idade, revelando, portanto, maior ocorencia de pessoas que frequentam este nível entre as gerações mais recentes.

Como era de se esperar, a proporção de pessoas frequentarem o ensino secundário e mais é elevada na área urbana (26.3%) que na rural (2.9%). A Província de Maputo (23.3%) e Maputo Cidade (37.5%) ostentam as percentagens mais elevadas de pessoas com o ensino secundário e mais frequentado. A estas seguem as províncias de Sofala e Manica com 14.0 e 12.8%, respectivamente. As restantes províncias apresentam percentagens que variam de 5.2% na provincia de Zambézia a 9.5% por cento na provincia de Inhambane.

Quadro 3.3 Distribuição percentual da população de 15 anos e mais por nível de ensino frequentado, segundo características seleccionadas. IFTRAB 2004/5

	Nível mais elevado de ensino frequentado					
Características seleccionadas	**Nenhum**	**Primário do 1º grau**	**Primário do 2º grau**	**Secundário e mais**	**Sem inf.**	**Total**
Total	30.0	45.3	13.5	11.1	0.1	100.0
Área de Residência						
Urbano	14.1	36.5	22.9	26.3	0.2	100.0
Rural	38.5	50.0	8.5	2.9	0.1	100.0
Províncias						
Niassa	34.9	44.2	11.6	9.1	0.2	100.0
Cabo Delgado	34.1	50.6	9.3	5.8	0.2	100.0
Nampula	30.1	52.0	11.1	6.7	0.0	100.0

Zambézia	35.8	50.2	8.8	5.2	0.1	100.0
Tete	35.5	44.8	11.0	8.2	0.5	100.0
Manica	31.6	36.5	19.1	12.8	0.1	100.0
Sofala	31.0	40.0	14.9	14.0	0.0	100.0
Inhambane	35.5	40.6	14.3	9.5	0.1	100.0
Gaza	29.1	49.5	12.7	8.6	0.1	100.0
Maputo Província	13.8	37.8	25.0	23.3	0.1	100.0
Maputo Cidade	6.4	31.8	24.2	37.5	0.1	100.0
Sexo						
Homem	16.6	49.4	18.5	15.4	0.2	100.0
Mulher	41.4	41.8	9.3	7.4	0.1	100.0
Idade						
15 - 19	14.3	45.1	24.9	15.7	0.0	100.0
20 - 24	22.9	44.4	15.6	17.0	0.0	100.0
25 - 29	26.8	47.3	12.9	13.0	0.1	100.0
30 - 34	25.1	50.5	13.5	10.7	0.2	100.0
35 - 39	31.5	47.1	12.2	9.2	0.1	100.0
40 - 44	30.2	47.0	12.0	10.4	0.4	100.0
45 - 49	38.2	47.1	7.7	6.9	0.1	100.0
50 - 54	43.1	46.2	6.2	4.2	0.3	100.0
55 - 59	51.4	42.0	3.8	2.7	0.1	100.0
60 - 64	56.0	39.9	2.8	1.2	0.1	100.0
65 +	67.9	29.9	1.5	0.6	0.2	100.0

3.3 Taxas de escolarização

Dentre as medidas correntes de cobertura do sistema educativo figuram as taxas de escolarização. O Quadro 2.4 mostra as taxas bruta e líquida de escolarização, assim como o grau de acesso e satisfação em relação ao EP1 e ao EP2. A taxa bruta de escolarização corresponde à proporção entre o total de alunos de um determinado nível de ensino, independentemente da idade, e a população do grupo etário correspondente à idade oficial para o nível em questão. E a taxa líquida corresponde à proporção entre alunos com idade oficial para frequentar determinado nível e a população do respectivo grupo etário.

Com base nos dados nele contido, pode-se inferir que grande parte dos alunos do EP1 tem idade superior a 10 anos, o que é denotado pela taxa de escolarização superior a 100 por cento. Apenas 67.5 por cento de crianças com idade oficial para o EP1 (6-10 anos) se encontram a frequentar este nível. De notar que esta situação é comum em todos os níveis de ensino, como se pode confirmar comparando, dentro dum determinado nível, a cifra da taxa bruta com a da líquida (vide Quadros 2.4 e 2.5).

Quadro 3.4 Taxas bruta e líquida de escolarização por nível de ensino, segundo características seleccionadas. IFTRAB, 2004/5

	Primário do 1º Grau				Primário do 2º Grau			
	Acesso	Bruta	Líquida	Satisfação	Acesso	Bruta	Líquida	Satisfação
Total	74.3	118.3	67.5	51.1	84.1	64.2	7.6	71.1
Sexo								
Masculino	74.2	121.5	68.5	50.5	84.3	76.8	9.0	71.4
Feminino	74.4	115.2	66.6	51.6	83.8	52.0	6.3	70.7
Área de residência								
Urbana	86.6	128.0	77.4	67.8	87.5	109.6	15.1	74.6
Rural	67.7	113.6	62.8	42.1	78.4	37.8	3.3	65.3
Região								
Norte	78.1	113.7	58.4	35.6	81.1	48.2	3.7	59.0
Centro	69.3	111.4	64.5	51.1	86.0	55.0	6.7	74.4
Sul	77.8	136.1	84.1	66.8	83.9	96.6	13.4	74.5
Província								
Niassa	81.8	107.8	66.1	45.2	89.6	41.7	6.4	58.3
Cabo Delgado	85.2	132.3	58.8	49.6	86.9	52.8	2.3	67.2
Nampula	74.3	108.8	56.5	27.6	76.5	48.4	3.5	55.7
Zambézia	73.1	111.8	66.9	31.1	90.7	41.0	3.5	57.7
Tete	80.5	101.1	58.3	58.1	87.1	51.7	8.6	84.4
Manica	61.5	118.9	67.2	61.7	80.1	72.0	5.8	84.5
Sofala	62.0	113.3	63.7	67.9	85.9	63.0	9.6	74.9
Inhambane	55.4	131.8	77.7	48.0	58.0	83.2	11.3	61.3
Gaza	74.1	134.9	80.6	61.0	77.0	61.4	7.3	68.1
Maputo Província	88.9	144.0	91.8	84.6	91.2	98.7	14.6	84.1
Maputo Cidade	94.3	134.1	87.7	74.4	95.7	148.0	20.9	77.1

Quadro 3.5 Taxas bruta e líquida de escolarização por nível de ensino, segundo características seleccionadas. IFTRAB, 2004/5

Característica	Secundário 1º ciclo		Secundário 2º ciclo	
	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida
Total	40.7	6.5	13.9	1.1
Sexo				
Masculino	46.4	6.7	17.9	1.3
Feminino	34.7	6.4	9.8	1.0
Área de residência				
Urbana	80.8	12.9	28.2	2.4
Rural	12.2	2.0	0.9	0.0
Região				
Norte	26.3	3.1	6.2	0.8
Centro	36.7	6.0	11.3	1.1
Sul	59.3	10.3	22.8	1.4
Província				
Niassa	35.4	4.7	15.6	0.0
Cabo Delgado	26.0	0.9	2.3	0.4
Nampula	23.9	3.6	5.9	1.1
Zambézia	26.7	4.2	13.6	0.9
Tete	31.0	6.3	8.2	0.6
Manica	41.6	4.4	20.7	1.6
Sofala	48.5	9.0	8.3	1.3
Inhambane	35.2	8.1	10.5	0.6
Gaza	30.7	3.9	7.4	0.0
Maputo Província	72.1	11.9	18.8	0.9
Maputo Cidade	95.5	16.7	45.2	3.3

Dum modo geral, os homens apresentam taxas mais elevadas que as mulheres. Maior diferencial por sexo regista-se no Ensino Secundário do 2º Ciclo. De igual modo, a área urbana denota uma taxa mais elevada que a rural e a região Sul tem taxas mais

elevadas que a Norte e a Centro, com maior diferencial no Ensino Secundário do 2º Ciclo.

O Quadro 3.6 mostra as taxas específicas de escolarização, ou seja, proporção de crianças duma determinada idade que está a estudar, independentemente do nível que frequenta. Os dados contidos no referido quadro revelam que existem ainda muitas crianças em idade escolar fora da escola. Mais de um quarto de crianças dos 6 aos 17 anos encontra-se fora da escola (100% - 71.9% = 28.1%).

Quadro 3.6 Taxa específica de escolarização, segundo características seleccionadas. Moçambique IFTAB, 2004/5

Características seleccionadas	Grupos de idade				Total
	6-10	11-12	13 - 15	16 - 17	
Total	67.6	83.2	79.4	61.5	**71.9**
Sexo					
Homem	68.4	85.5	82.0	69.0	**74.1**
Mulher	66.8	80.9	76.5	53.2	**69.7**
Área de residência					
Urbano	79.7	89.1	85.6	72.7	**81.7**
Rural	62.6	80.0	75.4	51.3	**66.9**
Região					
Norte	55.9	75.0	69.1	57.2	**61.7**
Centro	67.2	83.3	80.4	57.9	**71.6**
Sul	84.6	93.2	88.5	68.7	**84.8**
Províncias					
Niassa	61.6	75.9	70.4	58.7	**65.4**
Cabo Delgado	61.3	87.0	78.4	61.0	**69.1**
Nampula	52.6	70.2	65.1	55.6	**58.0**
Zambézia	70.0	87.1	84.5	66.5	**75.0**
Tete	59.0	72.8	71.0	48.5	**62.9**
Manica	71.4	88.1	80.9	67.8	**75.8**
Sofala	64.7	82.4	81.5	51.1	**69.4**
Inhambane	78.7	91.7	89.4	65.8	**81.4**
Gaza	83.0	92.2	83.1	62.1	**82.3**
Maputo Província	89.5	96.5	90.7	69.5	**88.3**
Maputo Cidade	91.6	92.8	91.5	77.1	**89.4**
Sexo do chefe do A.F.					
Homem	66.3	82.7	79.3	60.8	**71.0**
Mulher	71.2	84.4	79.4	63.0	**74.3**
Nível de educação					

Nenhum	59.4	75.8	68.6	47.3	**62.9**
Primário 1º Grau	65.9	81.9	79.8	58.8	**70.6**
Primário 2º Grau	76.9	93.3	85.4	69.6	**80.4**
Secundário e mais	89.2	94.6	92.0	81.6	**89.7**
Estado civil					
Solteiro(a)	78.3	86.4	76.1	64.3	**76.0**
Casado(a)	68.6	81.9	83.6	68.2	**73.7**
União marital	66.3	82.9	78.0	57.7	**70.4**
Divorciado(a)/Separado(a)	70.4	83.3	78.7	62.3	**73.6**
Viuvo(a)	70.1	85.7	80.6	65.9	**74.8**

A proporção de crianças fora da escola atinge maior expressão entre crianças de 16-17 anos, em que apenas cerca de 61.5 por cento está a estudar. Esta situação é mais comum na zona rural (51.3%), e entre as mulheres (53.2%). A região Norte apresenta a proporção mais elevada de crianças dos 6 aos 17 anos fora da escola e a Sul, a menor proporção.

Embora a diferença não seja muito significativa, as mulheres chefes de agregado apresentam maior proporção de crianças de 6 a 17 anos a estudar, comparativamente aos chefes homens (71.0% e 74.3% respectivamente)

3.4 Grau de satisfação dos alunos em relaçao a escola

Os entrevistados foram solicitados a pronunciar-se sobre a existência ou não de problemas com a escola com elementos dos seus agregados. Apesar de a maior parte dos alunos ter se declarado satisfeito com a escola, registaram-se casos de insatisfação (43% dos entrevistados tinham alunos insatisfeitos com a escola nos seus agregados). A insatisfação tende a ser mais frequente na área rural (61.3%) que na urbana (27.9%).

Inserir o quadro de condição de satisfação e se possível aumentar o comentário em relação as categorias

As causas da insatisfação estão apresentadas no Quadro 2.7, para todos os estudantes, independentemente do nível que frequentam. Uma vez que alguns dos entrevistados indicaram mais de um problema, a soma das percentagens nas diferentes categorias de problemas ultrapassa os cem por cento.

De acordo com os dados do referido quadro, os três principais motivos de insatisfação são: falta de material (30.7%), instalações em más condições (29.0%) e falta de livros (16.7%). Casos de suborno são muito raros (1.5%) e são mais característicos da área urbana (2.3%) que da rural (1.0%). Excluíndo o suborno, todos os problemas

apresentados têm maior expressão na área rural que na urbana, em particular o problema de instalações, cuja percentagem na área rural supera em três vezes a da área urbana.

A análise dos dados por província deixa patente que as províncias mais povoadas (Zambézia e Nampula) denotam percentagem mais elevada de insatisfeitos em relação a todas as causas apresentadas, em particular no que se refere à falta de material e a instalações em más condições, onde a percentagem dos insatisfeitos ascende a 70% ou mais. Menor percentagem é exibida pela Província de Maputo. Nesta província, a falta de professores e o suborno são problemas quase inexistentes. Importa salientar que o problema de instalações é também grave em Inhambane (32.7%), Niassa (29.6%) e Cabo Delgado (29.3%).

As escolas do Governo e as comunitárias são as que reúnem maior proporção de alunos insatisfeitos. Menor proporção regista-se entre as escolas particulares e sob a tutela das Igrejas.

Quadro 3.7 Percentagem de alunos insatisfeitos e causas da insatisfação, segundo características seleccionadas. Moçambique IFTRAB 2004/5

Características Seleccionadas	Percentagem de insatisfeitos	Motivos da insatisfação com a escola					
		Falta de material	Falta de livros	Falta de professores	Instalações em más condições	Suborno	Outros
Total	**47.0**	**30.7**	**16.7**	**5.5**	**29.0**	**1.5**	**0.5**
Sexo							
Masculino	46.9	30.7	16.6	5.5	28.7	1.7	0.5
Feminino	47.1	30.7	16.7	5.5	29.4	1.4	0.6
Área de Residência							
Urbano	27.9	17.9	10.3	1.8	11.6	2.3	0.5
Rural	61.3	40.2	21.4	8.3	42.0	1.0	0.5
Província							
Niassa	48.0	32.0	12.5	1.2	29.6	0.9	0.4
Cabo Delgado	48.9	16.1	12.8	1.5	29.3	0.3	2.2
Nampula	71.8	47.6	17.5	16.7	50.1	5.9	0.3
Zambézia	72.7	61.9	38.3	9.5	54.5	2.1	0.0
Tete	41.7	29.9	12.2	2.1	18.5	0.4	1.0
Manica	26.4	16.8	9.1	2.9	12.3	0.4	0.4
Sofala	28.8	11.6	11.9	2.1	16.0	0.4	0.1
Inhambane	50.7	22.9	11.5	3.8	32.7	0.8	0.0
Gaza	43.7	25.9	19.9	1.1	12.9	0.4	1.2
Maputo província	11.5	5.9	3.4	0.3	2.9	0.0	0.9
Maputo Cidade	14.3	11.6	3.7	0.4	5.1	0.0	0.0
A quem pertence a escola							
Governo	47.5	31.1	16.7	5.4	29.5	1.6	0.5
Igreja	24.7	11.6	10.3	3.6	8.3	0.8	0.6

Particular	16.2	8.2	6.8	1.1	7.2	0.5	0.6
Comunitária/ONG	64.6	43.3	29.6	18.1	42.4	3.1	1.2
Outros	45.1	28.5	5.2	16.6	28.5	0.0	0.0

4. SAÙDE

As condições de saúde fazem parte dos melhores indicadores de bem-estar da população. Por isso, se apresenta a informação sobre a incidência da deficiência física e mental no seio da população; o tipo de agente de saúde consultado pelos doentes e as razões para não consulta para aqueles doentes que não consultaram nenhum agente de saúde. Igualmente, são analisadas as principais causas de insatisfação em relação aos serviços de saúde

4.1 População portadora de deficiência

O quadro 4.1 apresenta as percentagens da população por tipo de deficiência em relação ao total da população. A nível nacional, a população portadora de deficiência representa 1.4% do total da população do país. Sendo 1.7% do total de homens e 1.2% entre as mulheres. A percentagem de deficiêentes na população urbana é relativamente pequena em comparação com a rural (1.3% e 1.5% respectivamente).

As províncias de Inhambane e Gaza apresentam percentagens mais elevadas de população portadora de deficiências (mais de 2% da população). Por outro lado, as província de Tete (0.9%) e Maputo Cidade (0.9%), apresentam as mais baixas percentagens da população portadora de deficiência.

Em relação ao tipo de deficiências nota-se que a deficiência com maior peso em quase todas as províncias, diz respeito a pessoas com pernas amputadas ou atrofiadas. Isto verifica-se também a nível de áreas de residência e por sexo.

Quadro 4.1 Percentagem da população com deficiência e tipo de deficiência, segundo características seleccionadas. Moçamique IFTRAB 2004/5

Características Seleccionadas	**Defi ciê-tes**	Cego	Mudo	Surdo/ Mudo	Dimi-nuido mental	Para-lítico	Braço amputado atrofiado	Perna amputada atrofiada	Outra
Total	**1.4**	**0.1**	**0.1**	**0.2**	**0.2**	**0.1**	**0.1**	**0.5**	**0.3**
Sexo									
Masculino	**1.7**	0.1	0.1	0.1	0.3	0.2	0.1	0.6	0.3
Feminino	**1.2**	0.2	0.1	0.2	0.2	0.1	0.1	0.3	0.2
Área de Residência									
Urbano	**1.3**	0.1	0.1	0.1	0.3	0.1	0.1	0.4	0.1
Rural	**1.5**	0.1	0.1	0.2	0.2	0.1	0.1	0.5	0.3
Província									
Niassa	**1.2**	0.0	0.0	0.3	0.3	0.1	0.1	0.4	0.2
Cabo Delgado	**1.8**	0.2	0.2	0.1	0.5	0.2	0.0	0.4	0.3

Nampula	**1.8**	0.2	0.1	0.3	0.2	0.2	0.0	0.5	0.4
Zambézia	**1.1**	0.1	0.0	0.0	0.1	0.0	0.2	0.5	0.2
Tete	**0.9**	0.0	0.1	0.1	0.2	0.2	0.1	0.1	0.1
Manica	**1.2**	0.1	0.1	0.1	0.2	0.1	0.3	0.3	0.1
Sofala	**1.5**	0.1	0.0	0.4	0.2	0.1	0.1	0.5	0.2
Inhambane	**2.1**	0.2	0.1	0.1	0.4	0.1	0.2	0.6	0.5
Gaza	**2.2**	0.2	0.1	0.1	0.4	0.1	0.3	0.8	0.4
Maputo província	**1.3**	0.1	0.1	0.1	0.4	0.1	0.1	0.4	0.1
Maputo Cidade	**0.9**	0.0	0.1	0.0	0.3	0.1	0.1	0.2	0.1

Por forma a acompanhar a tendência temporal da situação de deficiência em Moçambique, os dados sobre deficiencia são comparados com os recolhido no inquérito aos agregados familiares sobre Orçamento familiar, realizado em 2002/3

Quadro 4.2 Percentagem da população portadora de deficiência. Moçamique IFTRAB 2004/5

	Populção portadora de deficiencia	
	IAF 2002/3 (*)	IFTRAB 2004/5
Total	**2.1**	**1.4**
Sexo		
Homem	2.5	1.7
Mulher	1.8	1.2
Área de residência		
Urbano	1.9	1.3
Rural	2.3	1.5
Província		
Niassa	1.2	1.2
Cabo Delgado	2.5	1.8
Nampula	2.2	1.8
Zambézia	2.8	1.1
Tete	1.6	0.9
Manica	2.1	1.2
Sofala	1.2	1.5
Inhambane	2.5	2.1
Gaza	1.8	2.2
Maputo Província	2.0	1.3
Maputo Cidade	2.1	0.9

(*) Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 2002/3

A tendência geral dos dois inquéritos aponta para uma ligeira redução da percentagem de deficientes no país. Isto é resultado da redução que se verificou tanto nas áreas rurais como nas urbanas. Contudo, a nivel de provincia Sofala e Gaza registaram um pequeno crescimento da percentagem de deficientes.

4.2 Tipo de Agente consultado

A população que afirmou ter ficado doente e que consultou algum agente de saúde na semana anterior ao inquérito foi solicitada a indicar o tipo de agente consultado. Verifica-se que postos de saúde (32.1%), Centros de saúde (36.4%) e hospitais rurais, gerais, central e provinciais (15.3%), foram os mais consultados.

Quadro 4.2 Distribuição percentual da população que esteve doente na última semana anterior ao inquérito por tipo de agente consultado. Moçambique, 2004/5

Características Seleccionadas	Unidade Sanitária								Total
	Posto de Saúde do Estado	Centro de Saúde do Estado	Hospital (Rural, Central, Provincial)	Clinica Privada	Farmácia	Médico/ Dentista/ Consulta Privada	Médico trad.	Outra	
Total	32.1	36.4	15.3	1.2	0.6	0.8	11.8	1.8	100.0
Área de residência									
Urbano	17.9	40.4	33.3	1.8	1.5	0.8	3.9	0.5	100.0
Rural	38.1	34.8	7.7	1.0	0.2	0.7	15.1	2.4	100.0
Províncias									
Niassa	49.4	19.2	8.4	5.2	0.1	0.5	15.2	2.0	100.0
Cabo Delgado	31.5	28.9	11.0	0.2	0.1	0.8	25.6	2.0	100.0
Nampula	21.1	45.3	22.7	0.3	0.2	0.9	9.2	0.3	100.0
Zambézia	44.1	23.9	8.0	0.5	0.2	0.5	21.1	1.6	100.0
Tete	20.9	54.0	4.1	1.3	0.7	0.6	11.0	7.4	100.0
Manica	46.2	31.5	10.3	0.0	0.4	0.3	9.0	2.3	100.0
Sofala	20.9	49.1	26.7	0.6	0.2	1.1	1.1	0.3	100.0
Inhambane	47.5	25.6	18.2	0.6	0.5	1.4	4.6	1.5	100.0
Gaza	36.3	38.5	19.3	0.6	1.3	0.6	2.3	1.1	100.0
Maputo Província	22.4	49.6	20.5	4.2	1.7	0.5	0.9	0.4	100.0
Maputo Cidade	10.8	39.7	36.2	5.2	4.7	1.9	1.3	0.3	100.0
Nível de educação									
Nenhum	34.3	33.3	11.2	0.7	0.4	1.0	17.1	2.1	100.0
Primário 1º Grau	30.5	37.5	15.9	0.9	0.6	0.6	12.1	1.9	100.0
Primário 2º Grau	24.5	38.8	23.7	1.6	1.8	1.0	7.6	1.0	100.0
Secundário e mais	16.2	34.8	37.9	3.6	1.5	1.2	2.8	2.1	100.0
Estado Civil									
Solteiro(a)	30.5	36.7	18.9	1.3	1.2	0.6	8.5	2.3	100.0
Casado(a)	29.4	29.0	18.6	1.3	0.7	1.1	16.1	3.8	100.0
União marital	28.1	38.0	16.2	1.2	0.6	0.7	13.8	1.5	100.0
Divorciado(a)/Separado(a)	29.4	35.9	18.3	1.7	1.1	0.8	12.0	0.9	100.0
Viuvo(a)	33.9	32.8	13.2	0.6	0.5	2.2	15.5	1.4	100.0

Nas áreas urbanas o primeiro agente mais consultado é o centro de saúde (40.4%) seguido por hospitais (33.3%). O posto de saúde constitui o terceiro agente mais consultado(17.9%). Enquanto que nas áreas rurais postos de saúde (38.1%) e centros de saúde (34.8%) são os dois agentes mais consultados. Os médicos tradicionais ocupam o terceiro lugar como agente mais consultado na área rural (15.1%).

A nível provincial verifica-se que as províncias de Niassa (15.2%), Cabo Delgado (25.6%), Zambézia (21.1%) e Tete (11.0%), têm como terceiro agente de saúde os médicos tradicionais. Enquanto que nas restantes províncias os três locais que providenciam cuidados de saúde para mais de metade da população são os postos de saúde, centros de saúde e hospitais

4.3 Problemas enfrentado pelos doentes nos locais de consulta

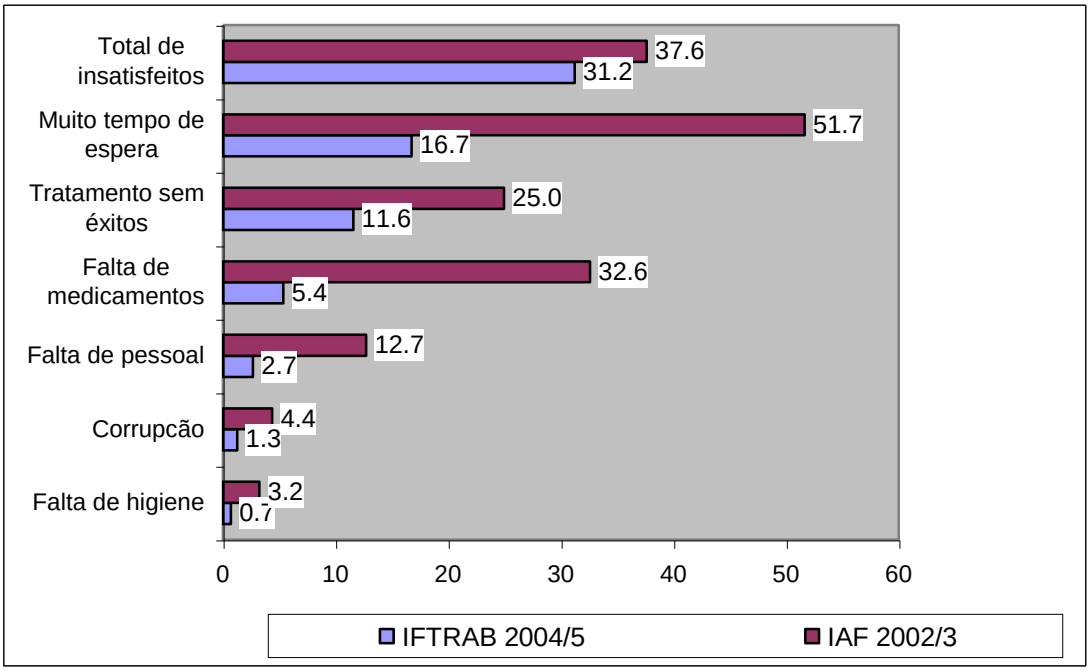
A maioria da população que ficou doente no período de referencia e que consultou algum agente de saúde ficou satisfeita com os serviços prestados. Contudo 31.2% da população doente não ficou satisfeita. As razões apontadas são as seguintes: muito tempo de espera para ser atendido (16.7%), Tratamento sem êxito (11.6%), falta de medicamentos (5.4%), tratamemto muito caro (2.8%), Falta de pessoal qualificado (2.7%), vítmas de corrupção (1.3%) e falta de higiene (0.7%). Alguns entrevistados apontaram mais de um problema, por isso a soma das percentagens nas diferentes categorias de problemas ultrapassa os cem por cento.

Analisando os dados por área de residência e província, nota-se que a insatisfação motivada por muito tempo de espera no local da consulta tem maior peso tanto na área urbana (17.9%) como na rural (16.3%). O segundo principal motivo da insatisfação é o tratamento sem êxito (8.8% urbano e 12.8% rural). Com excepção da província da Zambézia com 33.9% de doentes insatisfeitos por tratamento sem êxito, a principal causa de insatisfação dos doentes é o tempo de espera que varia entre 4.3% em Maputo Cidade e 34.9% na província de Sofala.

Quadro 4.3 Percentagem da população que teve problemas durante a consulta na última semana anterior ao inquérito por tipo problemas que teve (Percentagem em relação a população que teve problemas). Moçambique, 2004/5

Características	Percentagem dos insatisfeitos	Motivos da insatisfação com a saúde							
		Falta de higiene	Muito tempo de espera	Falta de pessoas qualificado	Muito caro	Falta de medicamentos	Tratamento sem êxito	Corru-pção	Outros
Total	**31.2**	**0.7**	**16.7**	**2.7**	**2.8**	**5.4**	**11.6**	**1.3**	**0.5**
Sexo									
Masculino	29.8	0.4	16.7	2.9	2.8	5.2	9.7	1.3	0.6
Feminino	32.3	0.9	16.7	2.5	2.8	5.5	13.0	1.2	0.5
Área de Residência									
Urbano	28.2	0.9	17.9	1.1	2.7	3.1	8.8	1.1	0.1
Rural	32.6	0.6	16.3	3.3	2.8	6.4	12.8	1.4	0.7
Província									
Niassa	21.3	0.4	9.7	0.3	1.0	4.4	9.4	0.3	0.0
Cabo Delgado	28.3	0.4	23.1	0.3	1.1	2.6	2.6	0.0	0.4
Nampula	43.6	1.0	22.2	9.5	11.8	11.7	14.2	7.7	0.0
Zambézia	45.8	1.3	11.9	2.3	2.0	9.2	33.9	0.0	1.9
Tete	10.5	0.2	6.6	0.5	0.7	1.2	3.0	0.1	0.2
Manica	30.0	2.0	17.1	2.3	1.7	3.2	7.6	0.2	0.4
Sofala	41.6	0.3	34.9	2.9	0.8	3.0	3.2	0.4	0.1
Inhambane	24.3	0.9	14.7	1.9	2.8	7.0	4.5	0.4	0.1
Gaza	21.8	0.3	9.9	1.5	0.3	1.6	9.5	0.1	0.3
Maputo província	10.7	0.4	4.8	0.2	0.4	0.7	4.6	0.1	0.3
Maputo Cidade	18.4	0.2	13.2	0.9	0.6	3.4	2.7	0.0	0.2
Nível de educação									
Nenhum	35.2	0.4	15.3	2.6	2.6	5.8	17.5	0.9	0.6
Primário do 1º grau	31.0	0.9	17.0	3.2	2.9	5.8	10.8	1.7	0.3
Primário do 2º grau	27.8	0.3	17.7	2.1	3.3	3.5	7.9	0.9	1.1
Secundário e mais	25.8	0.7	18.6	1.6	2.2	6.1	5.4	0.7	0.2
Estado civil									
Solteiro(a)	26.5	0.5	15.0	1.5	1.4	3.9	8.1	0.9	0.2
Casado(a)	39.5	1.7	18.2	5.6	4.0	8.2	16.6	0.5	0.5
União marital	29.9	0.5	16.4	3.1	3.5	5.0	10.7	2.3	0.6
Divorciado(a)/Separado(a)	39.6	0.1	17.2	3.3	3.0	5.1	22.3	1.3	0.7
Viuvo(a)	35.7	0.5	15.3	1.4	1.9	6.1	19.9	0.1	0.0

Grafico 1: Percentagem da população que teve problemas durante a consulta na última semana anterior ao inquérito por tipo problemas que teve. Moçambique, 2004/5



No grafico 1, comparam-se os dados do inquérito aos agregados familiareas sobre o orçamento familiar de 2002/3 e os do inquérito integrado à força de trabalho 2004/5. Os resultados mostram que o peso da população insatisfeita com as condições gerais de saúde baixou de 37.6 para 31.2 por cento.

Tanto no IAF2002/3 como no IFTRAB 2004/5, os problemas mais apontados pelos intrevistados são: muito tempo de espera(51.7% verso 16.7%), tratamento sem exito(25.0% verso 11.6%) e falta de medicamentos (52.6% verso 5.4%), respectivamente .

5. CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

As características físicas das habitações, nomeadamente, o tipo de material de construção; o acesso a serviços básicos, como a electricidade, o saneamento doméstico, o acesso a saúde, educação, transporte, água potável e a posse de bens duráveis: rádio, televisão, meios de transporte entre outros, permitem avaliar a qualidade de vida da população. Por isso, no inquérito Integrado á força de trabalho foram incluidas perguntas com a finalidade de analisar as condições de habitação da população moçambicana.

Quadro 5.1 Distribuição percentual dos agregados familiares por regime de propriedade das habitações, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2004/5

	Regime de Propriedade				
Características Seleccionadas	Própria	Arrendada	Cedida	Sem inf.	Total
Total	**90.0**	**4.1**	**5.9**	**0.0**	**100.0**
Área de residência					
Urbano	78.6	12.7	8.7	0.0	100.0
Rural	94.8	0.5	4.7	0.0	100.0
Províncias					
Niassa	93.6	0.8	5.5	0.1	100.0
Cabo Delgado	88.0	1.3	10.6	0.1	100.0
Nampula	93.9	1.1	5.0	0.0	100.0
Zambézia	95.5	1.3	3.2	0.0	100.0
Tete	90.0	3.7	6.3	0.0	100.0
Manica	90.3	4.8	4.9	0.0	100.0
Sofala	80.5	12.8	6.8	0.0	100.0
Inhambane	93.2	1.5	5.3	0.0	100.0
Gaza	94.8	1.5	3.7	0.0	100.0
Maputo Província	81.1	8.0	10.9	0.0	100.0
Maputo Cidade	68.1	23.2	8.7	0.0	100.0
Nível de educação					
Nenhum	93.5	0.8	5.7	0.0	100.0
Primário 1º Grau	93.1	2.5	4.4	0.0	100.0
Primário 2º Grau	83.9	8.0	8.1	0.0	100.0
Secundário e mais	71.0	17.8	11.2	0.0	100.0
Estado Civil					
Solteiro(a)	63.0	16.3	20.7	0.0	100.0
Casado(a)	93.5	2.7	3.7	0.0	100.0
União marital	92.0	4.0	4.0	0.0	100.0
Divorciado(a)/Separado(a)	85.2	4.0	10.8	0.0	100.0
Viuvo(a)	91.2	1.5	7.2	0.1	100.0

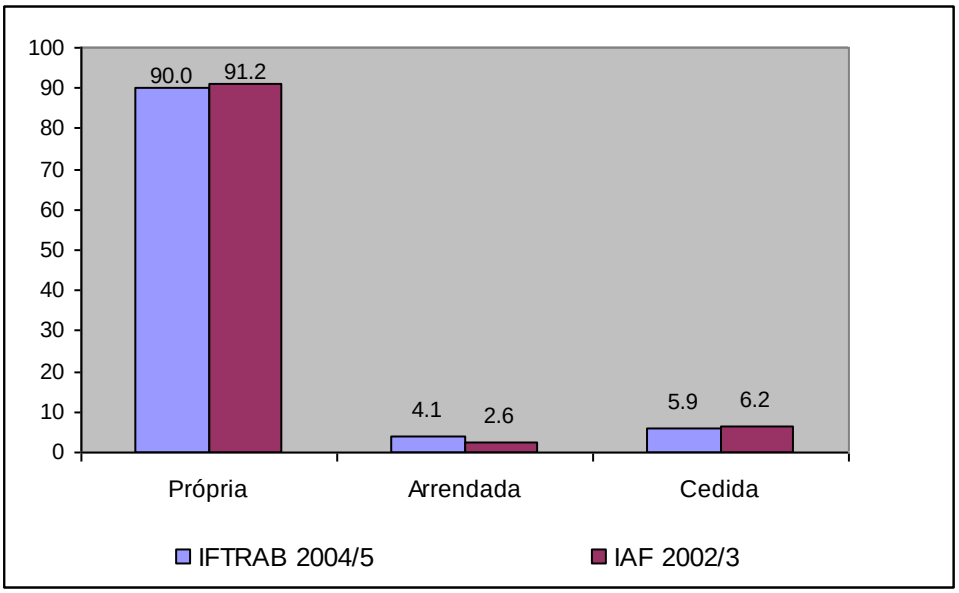
5.1 Regime de propriedade das habitações

No quadro 5.1, apresentam-se os agregados familiares por regime de propriedade das habitações. Os dados mostram que 90.0% dos agregados familiares, no país, tem casa própria, 5.9% vive em casas cedidas e 4.1% arrendadas.

A nível de áreas de residência, nota-se que na área rural existem mais agregados familiares com habitações próprias que na área urbana (94.8% e 78.6% respectivamente): Em contra partida a percentagem de casas arrendadas é mais alta nas áreas urbanas que nas rurais(12.7% e 0.5% respectivamente). O mesmo se pode observar em relação as casas cedidas onde representam 8.7% no urbano e apenas 4.7% nas áreas rurais.

Mais de 80% dos agregados familiares de todas as províncias tem casa própria, excepto Cidade de Maputo com apenas 68.1% dos agregados familiares a viverem em casas próprias.

Grafico 2: Distribuição percentual do agregados familiares por regime de propriedade das habitações. Moçambique IAF 2002/3 e IFTRAB 2004/5



Nos dois inquéritos, constata-se que a maioria da população moçambicana vive em casas próprias, apenas uma minoria não superior a 10% vive em casas arrendadas ou cedidas. Entre os dois estudos registou-se um ligeiro decrescimento de casas proprias (de 91.2 a 90.0% respectivamente) e um pequeno aumento de casas arrendadas (de 2.6% versu a 4.1%)

Quadro 5.2 Distribuição percentual de agregados familiares por regime de propriedade das *HABITAÇÕES CONVECIONAIS*, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2004/5

Características Seleccionadas	Regime de Propriedade			Total
	Própria	Arrendada	Cedida	
Total	**72.7**	**16.0**	**11.3**	**100.0**
Área de residência				
Urbano	71.0	18.2	10.8	100.0
Rural	83.0	2.5	14.5	100.0
Províncias				
Niassa	84.0	2.0	14.0	100.0
Cabo Delgado	48.1	25.9	26.0	100.0
Nampula	83.1	10.7	6.2	100.0
Zambézia	68.7	12.8	18.5	100.0
Tete	73.1	10.3	16.6	100.0
Manica	64.0	18.5	17.5	100.0
Sofala	47.9	33.1	19.0	100.0
Inhambane	86.2	4.7	9.1	100.0
Gaza	87.1	4.5	8.4	100.0
Maputo Província	78.6	10.4	11.0	100.0
Maputo Cidade	71.6	20.6	7.8	100.0
Nível de educação				
Nenhum	84.0	4.3	11.7	100.0
Primário 1º Grau	81.8	9.4	8.9	100.0
Primário 2º Grau	70.5	17.2	12.3	100.0
Secundário e mais	61.2	25.8	13.0	100.0
Estado civil				
Solteiro(a)	33.6	33.2	33.2	100.0
Casado(a)	83.6	9.9	6.5	100.0
União marital	72.5	17.6	9.9	100.0
Divorciado(a)/Separado(a)	68.8	17.9	13.3	100.0
Viuvo(a)	85.4	6.0	8.7	100.0

5.2 **Material de Construção das Habitações**

No IFTRAB 2004/5 recolheu-se informações que permitem analisar o tipo de material usado para a construção das habitações no pais. O quadro 5.2 mostra os agregados familiares por tipo de material predominante nas paredes das casas, segundo características seleccionadas.

Quadro 5.2 Distribuição percentual do agregados familiares por tipo de material predominante nas paredes das casa, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2004/5

Características Seleccionadas	Material predominante nas paredes							Total
	Adobe/ Bloco de adobe	Bloco de cimento	Bloco de tijolo	Paus maticados	Madeira/ Zinco	Bambu/ Caniço/ Palmeiras	Outro	
Total	33.0	12.1	2.5	36.5	0.8	14.6	0.5	100.0
Área de residência								
Urbano	26.4	35.0	5.1	17.9	1.8	13.3	0.5	100.0
Rural	35.8	2.5	1.4	44.3	0.4	15.1	0.4	100.0
Províncias								
Niassa	68.0	0.3	3.5	22.7	0.0	4.8	0.8	100.0
Cabo Delgado	7.6	1.7	0.1	89.1	0.0	1.2	0.3	100.0
Nampula	60.4	4.6	0.5	32.3	0.0	2.0	0.2	100.0
Zambézia	50.9	1.9	1.1	38.3	0.0	7.6	0.2	100.0
Tete	37.7	0.8	10.5	45.0	0.1	5.0	1.0	100.0
Manica	45.4	8.4	5.9	30.9	0.1	8.8	0.3	100.0
Sofala	16.9	16.7	2.3	44.4	0.4	18.3	1.0	100.0
Inhambane	0.0	11.7	0.2	20.5	1.7	65.2	0.7	100.0
Gaza	0.0	16.7	0.9	33.5	1.5	46.7	0.6	100.0
Maputo Província	0.8	55.5	2.7	4.5	3.8	32.3	0.4	100.0
Maputo Cidade	0.0	74.8	8.5	0.1	7.3	9.1	0.2	100.0
Nível de educação								
Nenhum	33.2	4.2	1.1	42.8	0.4	17.7	0.6	100.0
Primário 1º Grau	34.8	9.1	2.0	38.7	0.8	14.2	0.3	100.0
Primário 2º Grau	34.1	20.4	3.8	26.7	1.3	13.2	0.5	100.0
Secundário e mais	21.6	41.9	7.6	17.9	1.6	8.8	0.6	100.0
Estado civil								
Solteiro(a)	18.0	21.3	2.7	36.9	1.5	19.2	0.4	100.0
Casado(a)	42.2	15.3	3.9	29.2	0.6	8.6	0.2	100.0
União marital	33.3	10.5	2.6	38.5	0.8	13.9	0.5	100.0
Divorciado(a)/Separado(a)	33.2	11.3	1.3	35.8	1.1	16.8	0.5	100.0
Viuvo(a)	26.4	12.9	1.6	36.6	0.8	21.2	0.5	100.0

As paredes das habitações em Moçambique foram construídas pelos seguintes materiais: paus maticados (36.5%), adobe (33%), bloco de cimento (12.1), Bambu/caniço/palmeiras (14.6%) e bloco de tijolo (2.5%) e Madeira e Zinco(0.8%).

Na área urbana a maioria das casas tem paredes de blocos de cimento (35.0%), enquanto que na área rural predominam casas com paredes de adobe(38.3).

A nível de província o material de construção das casas é bastante variado. Contudo, pode-se notar que a excepção da província e cidade de Maputo, a maioria das casas são de paredes feitas por materiais de origem vegetal e adobe.

5. 3 Material de Cobertura das habitações

No quadro 5.3, apresentam-se os agregados familiares por tipo de material usado na cobertura das casas. Os dados mostram que em Moçambique, capim/colmo/palmeiras(73.3%) e chapas de zinco (21.5%) são os materiais de construção mais usados na cobertura das casas. Porém, também se faz uso de chapas de luzalite (2.7%), laje de betão(1.8%) e telha (0.3%).

Nas áreas urbanas, as habitações tem coberturas muito diversificadas em termos de tipo de material usado. Contudo, predominam casas cobertas por chapas de zinco (48.2%) e capim/colmo/palmeiras(36.4%). Em contrapartida, na área rural onde reside a maioria da população moçambicana, 88.8 por cento das casas foram cobertas por capim/colmo/palmeiras.

Quadro 5.3 Distribuição percentual de agregados familiares por tipo de material predominante na cobertura das casas, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2004/5

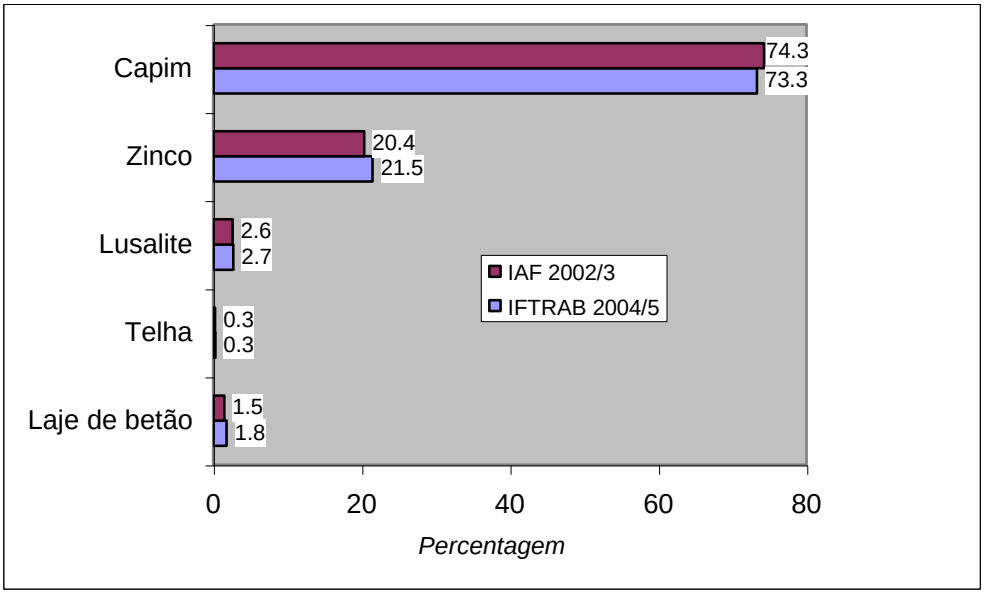
Características Seleccionadas	Cobertura da Casa						Total
	Laje de betão	Telha	Chapas de lusalite	Chapas de zinco	Capim/ Colmo/ Palmeira	Outro	
Total	**1.8**	**0.3**	**2.7**	**21.5**	**73.3**	**0.4**	**100.0**
Área de residência							
Urbano	5.7	0.8	7.9	48.2	36.4	0.9	100.0
Rural	0.1	0.1	0.6	10.3	88.8	0.1	100.0
Províncias							
Niassa	0.0	0.0	0.5	5.2	94.3	0.0	100.0
Cabo Delgado	0.5	0.0	0.7	4.2	94.4	0.1	100.0
Nampula	0.8	0.2	1.0	6.0	92.0	0.1	100.0
Zambézia	0.6	0.1	0.6	4.9	93.8	0.0	100.0
Tete	0.0	0.0	2.9	10.3	86.1	0.8	100.0
Manica	0.7	0.2	9.9	17.1	71.8	0.3	100.0
Sofala	2.6	0.1	9.5	25.5	60.0	2.4	100.0
Inhambane	0.7	0.0	1.2	35.9	62.1	0.0	100.0
Gaza	0.3	1.0	2.1	59.5	36.5	0.5	100.0
Maputo Província	3.7	2.4	5.0	82.1	6.1	0.8	100.0
Maputo Cidade	18.5	0.3	3.4	77.5	0.2	0.0	100.0
Nível de educação							
Nenhum	0.2	0.1	0.8	12.4	86.2	0.3	100.0
Primário 1º Grau	0.8	0.2	1.9	19.2	77.6	0.3	100.0
Primário 2º Grau	1.7	0.5	4.5	34.7	58.1	0.6	100.0

Secundário e mais	12.2	1.4	10.8	45.3	29.9	0.5	100.0
Estado civil							
Solteiro(a)	5.4	0.4	4.5	32.5	56.9	0.4	100.0
Casado(a)	3.5	0.5	3.3	18.5	74.2	0.1	100.0
União marital	1.0	0.3	2.5	21.4	74.4	0.4	100.0
Divorciado(a)/Separado(a)	2.2	0.1	2.2	19.1	76.1	0.4	100.0
Viuvo(a)	1.4	0.4	2.7	23.7	71.2	0.6	100.0

Distinguem-se dois grupos de províncias quanto ao tipo de material usado na cobertura das casas. No primeiro grupo fazem parte as províncias do norte, centro e Inhambane onde mais de 60% dos agregados familiares vivem em casas cobertas de capim/colmo/palmeiras. O segundo grupo é formados pela província de Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade com mais de 59% dos agregados familiares a viverem em casas com cobertura de chapas de zinco.

Os dados mostram que existe uma relação directa entre o nível de educação do chefe do agregado familiar e o tipo de material de construção das habitações. Cerca de 86.2% de agregados familiares chefiados por pessoas sem nenhum nível de educação tem as suas casas cobertas por capim/colmo/palmeiras. Esta categoria de agregados familiares reduzem gradualmente com o aumento do nível de escolaridade, atingindo cerca de 29.9% entre os agregados familiares chefiados por indivíduos com nível secundário ou mais.

Gráfico 3: Distribuição percentual dos agregados familiares por tipo de material predominante na cobertura das casas, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2004/5



Comparando os dados do presente inquérito com os do IAF 2002/3, verifica-se que capim e Chapas de zinco são os dois tipos de materiais mais usados pela população

para a cobertura das casas. No intervalo entre os dois inqueritos registou-se uma tendência de redução do uso de capim e ligeiro aumento do uso de chapas de Zinco e lage de betão. Houve uma estagnação a nivel do uso de lusalite e telha.

5.5 Principais Fontes de Água

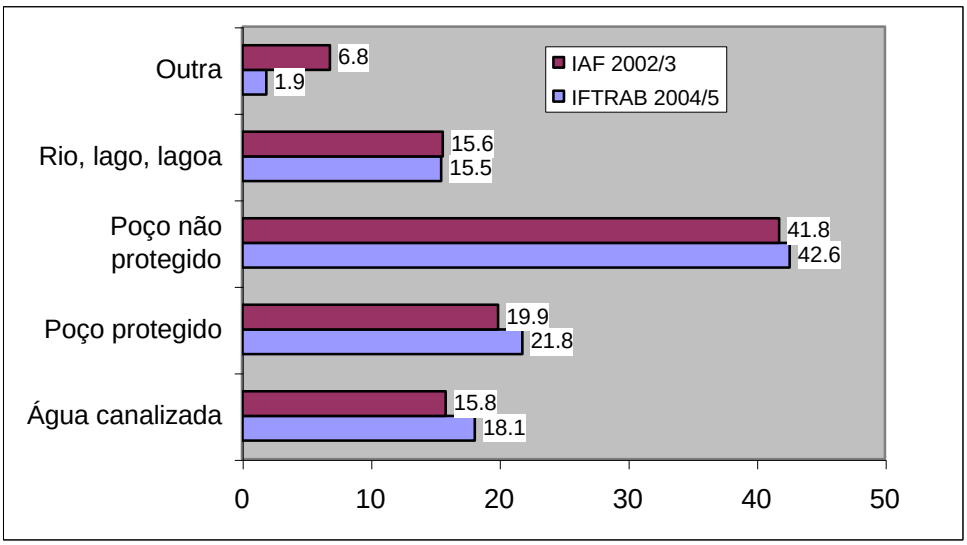
O quadro 5.5 apresenta as percentagens dos agregados familiares por principal fonte de abastecimento de água para beber. A fonte de água que cobre maior percentagem de agregados familiares do país é poço não protegidos (42.6%), seguido por poço ou furo com bomba manual (17.6%).

Quadro 5.4 Distribuição percentual do agregados familiares por principal fonte de abastecimento de agua, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2004

Características seleccionadas	Principais fontes de abastecimento de água para beber								**Total**
	Água canalizada	Água da fontanário	Água do poço ou furo com bomba manual	Água do poço protegido sem bomba	Água do poço não protegido	Água do rio, lago, lagoa	Outro	Sem inf.	
Total	12.4	5.7	17.6	4.2	42.6	15.5	1.8	0.1	100.0
Área de residência									
Urbano	40.2	16.1	10.1	6.9	18.8	5.3	2.5	0.0	100.0
Rural	0.7	1.3	20.8	3.1	52.6	19.8	1.4	0.1	100.0
Províncias									
Niassa	1.0	3.7	16.9	18.7	39.5	19.5	0.7	0.0	100.0
Cabo Delgado	4.6	6.2	20.9	7.0	43.9	16.8	0.4	0.3	100.0
Nampula	6.8	4.6	8.7	1.4	57.9	17.6	2.8	0.1	100.0
Zambézia	2.9	3.8	12.3	1.7	63.3	14.7	1.1	0.0	100.0
Tete	4.4	4.5	29.7	2.5	26.9	31.9	0.1	0.0	100.0
Manica	5.7	1.6	28.4	11.0	28.1	21.2	3.8	0.2	100.0
Sofala	20.3	6.7	24.2	6.3	19.2	22.5	0.7	0.0	100.0
Inhambane	6.1	3.0	19.2	4.1	57.0	5.9	4.6	0.0	100.0
Gaza	13.8	4.9	37.3	0.6	36.3	4.3	1.5	0.0	100.0
Maputo Província	51.4	9.3	13.0	3.6	14.9	4.2	3.5	0.0	100.0
Maputo Cidade	70.4	24.0	1.2	1.8	2.5	0.0	0.1	0.0	100.0
Nível de educação									
Nenhum	3.8	3.1	19.6	3.5	49.2	19.1	1.3	0.1	100.0
Primário 1º Grau	8.9	4.7	17.4	4.1	46.8	16.2	1.8	0.1	100.0
Primário 2º Grau	20.8	10.9	16.9	5.4	31.4	12.0	2.4	0.0	100.0
Secundário e mais	47.4	11.5	13.5	6.0	14.7	4.6	2.3	0.0	100.0

Nas áreas urbanas a percentagem de agregados familiares que consomem água canalizada e de fontanários é cerca de 56%. Em contra partida, nas áreas rurais a percentagem de agregados familiares que se encontram nestas condições é cerca de 2%. A maioria da população que reside nas áreas rurais recorre principalmente a poços não protegidos (52.6%), rios/lagos /lagoas (19.8%) e poços ou furos com bomba manual (20.8%)

Grafico 4 Distribuição percentual do agregados familiares por principal fonte de abastecimento de água. Moçambique, IAF 2002/3 e IFTRAB 2004/5



Os dados do grafico 4, mostram que entre os dois inqueritos realizados em 2002/3 e 2004/5, poço não protegido continua a ser a principal fonte de abastecimento de água. (mais de 40%). Contudo, registou-se um aumento de consumo de água de poços protegidos (19.9% para 21.8% respectivamente) e de água canalizada (15.8% para 18.1% respectivamente).

5 Saneamento

O conceito de saneamento é bastante amplo. Entende-se como saneamento o tipo de *casas de banho* usadas pela população, ou seja o sistema de gestão dos excrementos humanos ao nível dos agregados familiares. No quadro 5.6 apresentam-se os agregados familiares por tipo de saneamento, segundo características seleccionadas. De acordo com os dados, as formas de saneamento usadas no país são: dirigir-se ao mato (51.7%), latrina não melhorada (34.0%), latrina melhorada (8.0%), retrete ligada a fossa séptica (3.2%) e retrete ligada a rede de esgotos (1.6%).

5.5 Distribuição percentual do agregados familiares por tipo de saneamento, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2004/5

	Tipo de saneamento							
Características seleccionadas	Retrete ligada a rede de esgotos	Retrete ligada a fossa séptica	Latrina melhorada	Latrina não melhorada	No mato	Outro	Sem inf.	**Total**
Total	**1.6**	**3.2**	**6.9**	**34.0**	**51.7**	**2.6**	**0.0**	**100.0**
Área de residência								
Urbano	5.4	10.2	18.4	43.8	16.6	5.6	0.0	100.0
Rural	0.0	0.3	2.1	29.9	66.4	1.3	0.0	100.0
Províncias								
Niassa	0.0	0.1	2.3	70.0	26.7	0.9	0.0	100.0
Cabo Delgado	0.5	0.2	2.7	49.9	41.8	4.8	0.1	100.0
Nampula	0.7	1.2	2.6	25.1	67.1	3.2	0.0	100.0
Zambézia	0.6	0.8	1.8	12.5	83.2	1.1	0.0	100.0
Tete	0.4	0.5	5.3	35.2	53.1	5.5	0.0	100.0
Manica	1.4	2.5	15.8	31.7	48.5	0.0	0.0	100.0
Sofala	4.0	3.5	7.2	14.1	65.1	6.1	0.0	100.0
Inhambane	0.2	0.9	6.5	60.4	31.2	0.9	0.0	100.0
Gaza	0.3	2.2	14.6	54.3	25.7	3.0	0.0	100.0
Maputo Província	0.8	16.3	15.3	60.4	6.7	0.5	0.0	100.0
Maputo Cidade	16.0	24.8	28.6	30.5	0.2	0.0	0.0	100.0
Nível de educação								
Nenhum	0.2	0.5	2.5	28.1	66.5	2.4	0.0	100.0
Primário 1º Grau	0.6	1.7	5.5	34.8	55.1	2.3	0.0	100.0
Primário 2º Grau	1.5	5.8	12.1	43.5	33.6	3.4	0.0	100.0
Secundário e mais	11.9	16.3	21.5	36.5	10.5	3.3	0.0	100.0
Estado Civil								
Solteiro(a)	4.9	7.0	10.8	38.5	33.7	5.1	0.0	100.0
Casado(a)	3.2	5.8	6.8	36.7	46.1	1.4	0.0	100.0
União marital	0.9	2.5	6.9	34.7	52.6	2.3	0.0	100.0
Divorciado(a)/Separado(a)	2.0	2.2	6.3	30.4	55.9	3.3	0.0	100.0
Viuvo(a)	1.4	2.7	6.1	29.1	57.1	3.4	0.1	100.0

A nível urbano os agregados familiares variam de 43.8% para latrinas não melhoradas e 5.4% para retretes ligados a rede de esgotos. Enquanto que na área rural a variação é de 66.4% dos agregados familiares a usarem o mato e 0.3% para retrete ligada a fossa séptica.

5.7 Fontes de Energia

A electrificação em larga escala pode acelerar o melhoramento da qualidade de vida da população promovendo melhorias na prestação dos serviços básicos, nomeadamente, saúde, educação, fornecimento de água potável e utilização de instrumentos eléctricos de grande importância para o desenvolvimento.

No quadro 5.8 apresentam-se os agregados familiares por tipo de fonte de energia usado para iluminação. Pode-se notar que petróleo (57.5%) e lenha (28.3%) são as principais fontes de energia para a iluminação em Moçambique. Nas áreas urbanas a maioria dos agregados familiares usam petróleo (61.5%) e energia eléctrica (26.9%) para a iluminação. Enquanto que nas áreas rurais destacam-se agregados que usam petróleo(55.9%) e os que usam lenha (38.4%).

Quadro 5.6 Distribuição percentual de agregados familiares por fonte de energia para iluminação, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2004/5

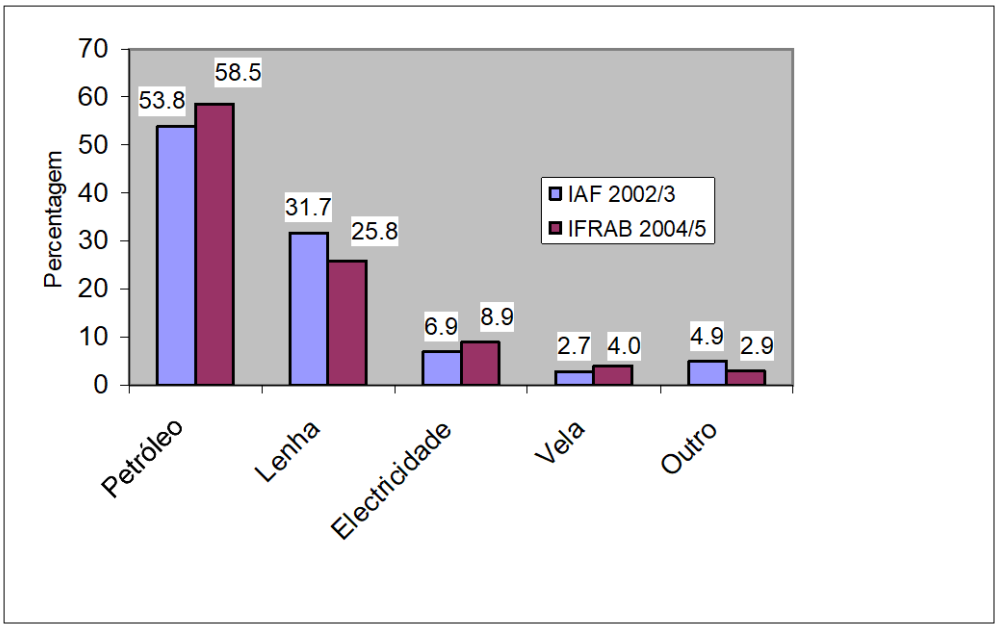
Características Seleccionadas	Energia ou combustível para a iluminação							
	Electri-cidade	Gerador / solar	Petróleo /Gás	Vela	Bateria	Lenha	Outro	Total
Total	8.9	0.1	58.5	4.0	0.3	25.8	2.5	100.0
Área de residência								
Urbano	26.6	0.0	61.9	7.3	0.0	3.8	0.3	100.0
Rural	0.4	0.1	56.9	2.4	0.5	36.2	3.5	100.0
Províncias								
Niassa	3.4	0.0	60.7	3.5	0.5	29.9	1.9	100.0
Cabo Delgado	2.2	0.0	53.3	1.5	0.4	42.1	0.5	100.0
Nampula	3.5	0.0	60.8	0.4	0.2	34.6	0.6	100.0
Zambézia	2.8	0.0	46.6	1.8	0.3	36.3	12.2	100.0
Tete	3.6	0.1	55.2	5.8	0.2	34.6	0.6	100.0
Manica	8.1	0.2	60.5	2.0	1.4	27.8	0.0	100.0
Sofala	10.0	0.0	69.5	1.9	0.0	18.6	0.0	100.0
Inhambane	3.5	0.2	79.0	3.8	1.2	11.6	0.7	100.0
Gaza	7.9	0.5	70.0	12.8	0.0	8.9	0.0	100.0
Maputo Província	25.0	0.0	61.5	12.8	0.1	0.6	0.0	100.0
Maputo Cidade	50.4	0.1	39.2	10.2	0.1	0.1	0.0	100.0

Por que este quadro é curto em relçaõ aos outros. Não te por exemplo a escolaridade e estado civil.

Em quase todas as províncias, mais de metade dos agregados familiares usam petróleo como fonte de energia para a iluminação. Contudo, na cidade de Maputo a principal fonte de iluminação é a electricidade. Na província da Zambézia, há indicação de existir outras fontes de iluminação para além das descriminadas, isto porque a categoria outro, tem uma cobertura de 12.2% dos agregados familiares da província.

A nível da electrificação, o grande desafio recai para as áreas rurais onde há apenas 0.4% de agregados familiares a usarem energia eléctrica, contra 26.9% nas áreas urbanas. O nível de electrificação nas províncias varia de 2.6% de agregados familiares na província de Cabo Delgado a 50.4% em Maputo Cidade.

Gráfico 5: Distribuição percentual de agregados familiares por fonte de energia para iluminação. Moçambique, 2002/03 e 2004/5



Os dados relativos ás fontes de energia para iluminação recolhidos no inquérito sobre orçamento familiar de 2002/3 e do inquérito da força de trabalho de 2004/5, mostram a existencia de crescimento do uso de petroleo, electricidade e de velas. Por outro lado, no intervalo entre os dois inquéritos, registou-se um decrescimo do uso de lenha para ilunação.

6. ACESSO FÍSICO AOS SERVIÇOS E POSSE DE BENS DURÁVEIS

6.1 Acesso Físico aos Serviços

No inquérito integrado à força de trabalho, o acesso aos serviços básicos é definido pelo tempo em minutos, que a população gasta percorrendo a pé para chegar ao serviço mais próximo, independentemente de fazer uso ou não. Considera-se que têm acesso à um determinado serviço básico todos os agregados familiares que levam menos de 30 minutos para alcançá-lo.

6.1 Distribuição percentual de agregados familiares por tempo (em minutos) para chegar a unidade sanitária, escola primária, mercado alimentar e transporte público mais próximo. Moçambique, 2004/5

Características seleccionadas	< 15	15 - 29	30 - 59	60+	Sem inf.	Total
Unidade Sanitária						
Total	**15.4**	**13.5**	**14.4**	**55.9**	**0.9**	**100**
Urbano	24	29.7	27.7	17.7	0.8	**100**
Rural	11.7	6.6	8.8	71.9	0.9	**100**
Escola Primária						
Total	***47.4***	***22.8***	***16.6***	***12.4***	***0.9***	**100**
Urbano	61.2	24.7	9.9	3.4	*0.8*	**100**
Rural	41.6	22.0	19.4	16.2	*0.9*	**100**
Mercado alimentar						
Total	**38.5**	**14.6**	**11.1**	**34.8**	**1.0**	**100**
Urbano	63.1	19.1	9.6	7.4	0.7	**100**
Rural	28.2	12.7	11.8	46.2	1.1	**100**
Posto Policial						
Total	**10.8**	**10.5**	**11.4**	**66.3**	**0.9**	**100**
Urbano	25.1	27.2	26	20.7	1.0	**100**
Rural	4.8	3.6	5.3	85.5	0.9	**100**

De acordo com os dados apresentados no quadro 6.1, em Moçambique, mais de 50% dos agregados familiares estão localizados a menos de 30 minutos de percurso a pé para o mercado de produtos alimentares e para a escola primária mais próxima.

As unidades sanitárias e postos policiais estão mais longe dos agregados familiares que as escolas primárias e os mercados alimentares, uma vez que mais de 55% de agragados familiares gasta uma hora ou mais para chegar aos postos policiais e unidades sanitárias mais próximas.

Como em muitas variáveis, há diferenças notórias do acesso aos serviços básicos entre as áreas de residência. Nas áreas urbanas mais de metade dos agregados familiares tem acesso a todos os serviços discrimonados no quadro 6.1. Enquanto que nas áreas rurais o único seviço mais acessivel é a escola primária, cerca de 60% dos agregados estão a menos de 30 minutos das escolas primárias mais próximas.

6.2 Posse de Bens Duráveis

No periodo de realização do inquerto integrado à força de trabalho, os inquiridos foram questionados sobre: o número de bens duráveis adquiridos nos últimos 12 meses antes do inquérito, sobre o valor total de aquisição dos bens e em relação ao total de bens possuidos por cada agregado. O número total de bens possuidos pelo agregado, inclui os adquiridos nos últimos 12 meses e os que já existim no agregado antes do último ano.

O quadro 7 apresenta a percentagem de agregados familiares que possuem pelo menos um dos bens duráveis descriminados. De acordo com os dados, todos os bens duráveis cobrem menos de 50% dos agregados familiares do país.

Quadro 7 Percentagem de agregados familiares com Bens Duráveis por área de residencia

Tipo de bem durável	Urbano	Rural	Total
Rádio	54.4	42.3	**45.8**
Relógio	58.1	28.1	**37.0**
Bicicleta	25.6	37.0	**33.6**
Camas	67.3	19.0	**33.3**
Aparelho de telefonar celular	29.5	2.4	**10.4**
Aparelhagem	21.6	5.3	**10.1**
Televisor	24.0	1.1	**7.8**
Ferro de engomar eléctrico	17.2	0.3	**5.3**
Ventoinha	16.2	0.3	**5.0**
Congelador	14.0	0.4	**4.4**
Maquina de costura	7.7	2.8	**4.3**
Geleira	10.4	0.3	**3.3**
Fogão a gás	8.3	0.1	**2.5**
Fogão eléctrico	7.2	0.2	**2.3**
Carro comprado a 2ª mão	4.6	0.2	**1.5**
Caixa de telefone	4.7	0.1	**1.5**
Motorizada	2.1	0.3	**0.9**
Fogão Misto	2.1	0.0	**0.7**
Computador	2.1	0.0	**0.6**
Aparelho de ar condicionado	1.8	0.0	**0.6**
Impressora	1.4	0.0	**0.4**
Carro comprado novo	1.3	0.0	**0.4**
Máquina de Lavar roupa	0.9	0.0	**0.3**

Rádio, relógio, bicicleta e camas são os bens que cobre mais agregados familiares e quase todos os bens seleccionados são mais predominantes nas áreas urbanas.